

ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas e demais Interessados,

O presente Relatório de Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 visa atender à previsão do art. 133, inciso I, e art. 243, ambas da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Como sabido, depois de décadas, teve início em 20 de agosto de 2022 uma nova gestão do Grupo João Santos, a partir da eleição e nomeação em devidos processos assembleares de administradores para a *holding*, Nassau Administração e Participações Ltda.

A inauguração desse novo tempo para as empresas do Grupo João Santos ("GJS") trouxe o desafio da restauração do Grupo, mediante a busca pelo cumprimento de atos obrigatórios de prestação de contas, diligências contábeis, jurídicas e fiscais; além do estabelecimento de metas claras de curto, médio e longo prazo a serem buscadas pelo GJS.

Nesse prisma, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos empresariais acima mencionados, foram identificados diversos meios de recuperação, dentre os quais destacamos a captação de recursos, a reestruturação organizacional e de governança corporativa e o realinhamento do passivo, com ênfase ao tributário.

1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

Em 23 de dezembro de 2022, foi deferido pela 15ª Vara Cível da Capital (Recife), Seção B, sob o nº 0169521-37.2022.8.17.2001, o pedido de processamento da Recuperação Judicial da Nassau Administração e Participações Ltda., em litíscônsócio com outras 42 (quarenta e duas) sociedades.

Ao longo de 2023 destacaram-se a apresentação do Plano de Recuperação Judicial e seu aditamento para atendimento às condições da transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e do financiamento DIP, à frente detalhados; as campanhas de transação com os diversos credores das Classes I, III e IV – recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais; e os incidentes de habilitação e divergência de créditos.

2. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS

2.1. Transação com PGFN

Em agosto/2023 foi firmada, junto a PGFN, transação tributária individual para regularização de dívidas de 41 empresas do GJS, que atuam em diversos setores da economia, nos valores aproximados de R\$ 10,7 bilhões. Segundo a própria PGFN, essa foi a negociação mais vultosa realizada até hoje no país, representando importante marco para a nova gestão do GJS.

Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Grupo João Santos chegaram a termos da transação que implicam na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, reduzindo-a para R\$ 4 bilhões, sendo 2,5 bilhões pagos com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro.

O saldo de R\$ 1,5 bilhões deverá ser pago em até 36 meses da data da assinatura do Termo de Transação.

Embora o GJS esteja em inequívoco processo de retomada da sua capacidade de produção e geração de riqueza, este não suportaria o pagamento da parcela de entrada da Transação Tributária - R\$ 230 milhões - com esforço do seu próprio caixa. Para tanto, foi necessária a obtenção de financiamento, na modalidade *debtor-in-possession* ("Financiamento DIP") - e, portanto, com autorização do Juízo Recuperacional - entre o Grupo João Santos e a Arc Capital, que viabilizou o adiantamento das primeiras

32 parcelas do aludido acordo.

Cabe observar que, dos valores acima mencionados, R\$ 150 milhões são referentes a dívidas inscritas em dívida ativa relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS delidas pelo GJS perante milhares de trabalhadores e que vinham sendo cobradas judicialmente sem sucesso há mais de 10 anos.

2.2. Transação com SEFAZ/ES

Em 31 de julho de 2023, as empresas ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A e COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO - CBE, integrantes do GJS, firmaram junto à Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo o parcelamento tributário de seu passivo da monta de R\$ 620 milhões, alcançando uma redução de aproximadamente 45% e um prazo de pagamento de 180 meses.

Ressalta-se o fato de as empresas em questão não terem desembolsado diretamente, no exercício de 2023, quaisquer recursos para pagamento do débito, uma vez que o mesmo foi quitado a partir da origem de R\$ 17,6 milhões de recursos bloqueados judicialmente. Este acordo trouxe a possibilidade de acesso ao programa de incentivo fiscal do estado do Espírito Santo denominado COMPETE, além da plena regularidade operacional característica das empresas adimplentes com o fisco estadual.

3. VISÃO GERAL DO GRUPO

3.1. Faturamento

Atualmente, de forma consolidada, possui atuação em 14 (catorze) Estados e emprega aproximadamente 3 mil pessoas, tendo gerado uma receita bruta de aproximadamente R\$ 966.000.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões de reais) no último ano.

Em 2023, observamos um aumento de 15,55% no faturamento do Grupo em relação a 2022, especialmente no segmento cimenteiro, onde houve o crescimento de R\$ 147 milhões (cento e quarenta e sete milhões de reais), que representa um acréscimo de 21% ao faturamento de 2022 (R\$ 711 milhões de reais). Tal feito tem a importante participação da operação integral no exercício de 2023 da Fábrica Itapetinga, retomada ao final de 2022, e retomada da Fábrica de Itapicuru localizada em Codó/MA, ocorrida em setembro de 2023.

O planejamento estratégico do GJS tem na atividade cimenteira o seu mais forte pilar, com previsão para os próximos exercícios, da reabertura de pelo menos mais 2 fábricas de cimento.

3.2. Pontos Relevantes de Gestão

Ao longo do ano de 2023, o GJS enfrentou diversos desafios para a retomada do controle operacional e de gestão de suas mais de 40 empresas descentralizadas.

Como ponto de partida, definiu-se por promover a auditoria externa e independente dos balanços das empresas que compõem o GJS, importante marco da nova gestão do grupo.

Em seguida, a partir do planejamento estratégico concebido para todas as diretorias e áreas de atuação do GJS, elencou-se as prioridades a serem abordadas, sendo certo que o redesenho dos organogramas e fluxogramas foram destinatários de boa parte da energia da gestão ao longo de 2023.

Com base na orientação acima definida, iniciamos a centralização administrativa, contábil e financeira das dezenas de empresas que compõem o GJS, por intermédio do início da implantação do ERP DATASUL nas fábricas operacionais a partir do 4º trimestre de 2023.

Outro aspecto relevante da retomada de controle administrativo foi a revitalização da Diretoria Jurídica, o que possibilitou a importante medida de centralização das mais de 11.000 ações judiciais em que o GJS figura em seu polo passivo.

Especial atenção foi dada ao longo do exercício de 2023 para o levantamento e regularização do patrimônio imobiliário das empresas que compõem o GJS. Ainda em andamento, este trabalho foi fundamental para amparar a transação tributária com a PGFN acima citada, envolvendo questões das mais diversas complexidades técnicas e burocráticas.

Ainda no sentido de atender às exigências da legislação, demos início à estruturação do nosso departamento de *compliance*, que já apresenta sinais de implantação de controles de conformidade nos processos internos de nossa gestão, a exemplo do acompanhamento das boas práticas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4. SUSTENTABILIDADE

Atuação com responsabilidade ambiental, econômica e social, de forma equilibrada, respeitando o direito à vida plena das gerações atuais e contribuindo para a preservação das futuras é um pilar para as empresas do Grupo João Santos.

Pautado no princípio da sustentabilidade, o Grupo João Santos é comprometido com o desenvolvimento social, com respeito às culturas locais, e, por isso, prioriza o uso de recursos naturais renováveis e com utilização responsável e eficiente dos recursos econômicos, atendendo às gerações atuais e preservando os direitos das gerações futuras.

Zelamos para que todos os nossos colaboradores desenvolvam uma consciência socioambiental e contribuam para a preservação do meio ambiente dentro e fora da empresa.

Buscamos atuar de forma a minimizar os impactos socioambientais dos nossos empreendimentos, por meio dos melhores esforços, buscando o restabelecimento do equilíbrio ambiental em seus aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais na sua área de convivência.

Destarte, na consecução das atividades sociais diversas, é basilar a utilização de maneira consciente, racional, responsável e sustentável dos recursos naturais indispensáveis para o desenvolvimento dos nossos negócios, respeitando a biodiversidade.

Para o exercício vindouro, estimamos, manter os critérios socioambientais aos processos aderidos nesta nova fase de gestão da empresa, bem como incorporar novas práticas internas e nas suas relações com parceiros de negócios e fornecedores, perpetuando o processo de crescimento sustentável para todo o Grupo.

5. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, CONTROLADAS E SUBSIDIÁRIAS

No ano de 2023, não houve constituição de subsidiárias nem aquisição de controle ou participação acionárias em sociedades empresárias nem alienações correspondentes. Em observância ao artigo 118, da Lei nº. 6.404/76, vale registrar que as Sociedades Anônimas do Grupo João Santos são de Capital Fechado, e que não adquiriram debêntures de própria emissão, bem como não realizaram Acordo com Acionistas.

6. DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Não foi possível promover uma política de investimentos ou distribuição de lucros neste exercício. Para o futuro, o objetivo é executar o plano de recuperação judicial, em conjunto com as demais empresas do Grupo João Santos.

Recife (PE), 15 de maio de 2024
A Presidência.

Balanços Patrimoniais			
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em Reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.061.924	14.816.506
Contas a receber de clientes	7	19.895.280	15.444.541
Estoques	8	85.551.345	53.199.455
Impostos a recuperar	9	2.571.609	9.028.186
Adiantamentos	10	18.793.605	11.483.500
Despesas antecipadas		72.457	72.457
Outras contas a receber	11	13.685.567	40.590.702
		144.631.787	144.635.347
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos e bloqueios judiciais	12	41.191.824	12.589.000
Partes relacionadas	27	798.917.065	1.123.937.322
Outras contas a receber	11	2.919.417	2.919.417
Investimentos	13	46.338.082	46.338.082
Imobilizado	14	112.449.206	117.628.626
		1.001.815.594	1.303.412.447
		1.146.447.381	1.448.047.794
Total do Ativo			
	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	81.769.032	99.023.040
Obrigações sociais e trabalhistas	16	500.342.121	444.818.393
Obrigações fiscais	17	2.414.967.565	2.026.882.053
Parcelamentos tributários	18	20.923.818	-
Adiantamentos de clientes	19	3.965.199	21.597.993
Provisão para passivos financeiros	20	-	36.419.804
Outras contas a pagar		-	22.037.034
		3.021.967.735	2.650.778.317
Não circulante			
Parcelamentos tributários	18	261.376.771	647.086.252
Provisão para passivos financeiros	20	141.534.891	139.888.526
Passivos em recuperação judicial	21	65.550.200	-
Partes relacionadas	27	333.309.663	667.910.082
Provisão para contingências		-	49.342.508
		801.771.525	1.504.227.368
Passivo a descoberto	22		
Capital social		410.644.232	410.644.232
Prejuízos acumulados		(3.087.936.111)	(3.117.602.123)
		(2.677.291.879)	(2.706.957.891)
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		1.146.447.381	1.448.047.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em Reais)			
	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	23	250.580.504	265.382.915
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	24	(222.192.600)	(215.340.087)
Resultado bruto		28.387.904	50.042.828
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	24	(34.778.287)	(69.322.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(2.543.042)	(3.747.177)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(8.933.425)	(23.027.088)
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	26	1.162.746	1.005.081
Despesas financeiras	26	(2.580.374)	(318.650.272)
	26	(1.417.628)	(317.645.191)
Prejuízo do exercício		(10.351.053)	(340.672.279)
Número de ações ao final do exercício	22(a)	1.336.602	1.336.602
Prejuízo do exercício por ação		(7,74)	(254,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto					
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		410.644.232	2.045.046.810	(584.566.611)	1.871.124.431
Ajustes de exercícios anteriores	22(c)	-	-	(2.192.363.233)	(2.192.363.233)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	22(d)	-	(2.045.046.810)	-	(2.045.046.810)
Prejuízo do exercício		-	-	(340.672.279)	(340.672.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		410.644.232	-	(3.117.602.123)	(2.706.957.891)
Ajustes de exercícios anteriores	22(c)	-	-	40.017.065	40.017.065
Prejuízo do exercício		-	-	(10.351.053)	(10.351.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		410.644.232	-	(3.087.936.111)	(2.677.291.879)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
	2023	2022	
Prejuízo do exercício	(10.351.053)	(340.672.279)	
Ajustes por:			
Depreciação, amortização e exaustão do imobilizado	8.626.923	22.233.965	
Baixas no imobilizado, líquidas de depreciação	312.779	47.408.542	
Ajustes no saldo de depreciação	(537.924)	239.183.758	
Provisão para passivos financeiros	(34.773.439)	72.948.685	
Provisão para contingências	(49.342.508)	49.342.508	
Ajustes de exercícios anteriores	40.017.065	(2.192.363.233)	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - ajustado	(46.048.157)	(2.101.918.054)	
Variações das atividades operacionais			
Contas a receber de clientes	(4.450.739)	53.571.929	
Estoques	(32.351.890)	(20.348.318)	
Impostos a recuperar	6.456.577	8.959.233	
Adiantamentos	(7.310.105)	21.662.681	
Outras contas a receber	26.905.135	-	
Depósitos e bloqueios judiciais	(28.602.824)	14.714.716	
Fornecedores	(17.254.008)	(34.007.946)	
Obrigações sociais e trabalhistas	55.523.728	333.705.683	
Obrigações fiscais	388.085.512	1.793.151.589	
Parcelamentos tributários	(364.785.663)	62.929.775	
Adiantamentos de clientes	(17.632.794)	9.521.689	
Outras contas a pagar	(22.037.034)	7.627.835	
Passivos em recuperação judicial	65.550.200	-	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.047.938	149.570.812	
Atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	(3.222.358)	(145.050.747)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(3.222.358)	(145.050.747)	
Atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	(9.580.162)	(13.433.142)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(9.580.162)	(13.433.142)	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.754.582)	(8.913.077)	
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	14.816.506	23.729.503	
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	4.061.924	14.816.506	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.754.582)	(8.913.077)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que faz parte do "Grupo João Santos – GJS", é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a) pesquisar e lavar jazidas minerais em todo território nacional para produção e venda de cimento, cal e produtos derivados ou correlatos; b) adquirir, instalar e explorar estabelecimentos industriais destinados à fabricação de cimento, cal, mosaicos e outros produtos industriais correlatos; c) adquirir e explorar terras de cultivo e pedreiras; d) contratar construção de obras públicas e particulares; e) exercer atividades rurais e agrícolas, inclusive, exploração pecuária e pastoral em geral, assim como agricultura própria da região; f) desenvolver projetos de florestamento e/ou reflorestamento, executando-os e/ou administrando-os, em terras de sua propriedade ou de terceiros; g) locação de modelos para fundição de partes e peças de equipamentos industriais; h) praticar quaisquer operações de comércio, inclusive importação e exportação, representação, comissões e conta própria; i) participar de outras empresas no país ou no exterior que tenham ou não objetivo social correlato; e j) praticar quaisquer atos e operações correlatas ou decorrentes dos objetos referidos nas alíneas anteriores. A Companhia possui sede na Fazenda Monte Libano, no município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da apresentação dessas demonstrações financeiras em 13 de maio de 2024.

(b) Reestruturação

Após realização da Assembleia Geral Ordinária – AGO, que ocorreu em 15 de dezembro de 2022, foi determinada a substituição da antiga Diretoria, formada por José Bernardino Santos, Fernando Santos e Ana Patrícia Santos e a subsequente eleição de novos administradores, quais sejam: Paulo Narcélio Simões Amaral e Guilherme Rocha.

Com a assunção da nova Administração, devido a situação financeira da Companhia, foi deferido em 23 de dezembro de 2022, o pedido de Recuperação Judicial da Itabira Agro Industrial S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo João Santos, nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei das Falências"), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos. A recuperação judicial, conforme Lei citada acima, visa sanear a Companhia, que se encontra em crise financeira, para propiciar a sua continuidade, obrigando, em princípio, todos credores anterior ao ajuizamento desse pedido, e visando mais os fins sociais e econômicos do que os interesses patrimoniais da Itabira Agro Industrial S/A.

O referido deferimento foi publicado no Diário de Justiça do Estado de Pernambuco em 23 de dezembro de 2022. Os saldos reclamados por terceiros, divulgados na segunda lista de credores em maio de 2023, estão apresentados na Nota Explicativa nº 21.

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do Grupo. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

(c) Demonstrações financeiras consolidadas

A Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas uma vez que essas demonstrações serão divulgadas pela Nassau Administração e Participações Ltda., que é controladora final do Grupo João Santos, grupo empresarial do qual faz parte a Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial.

(d) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

A Administração efetuou ajustes nos registros contábeis da Companhia após a emissão do relatório de auditoria dos antigos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devido à necessidade de revisão contábil para adoção das práticas contábeis vigentes. Desta forma, os saldos constantes nas demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2022 diferem dos saldos constantes nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis

ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL | Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor justo por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para perdas de créditos esperadas

A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para causas judiciais

A Companhia discute questões cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2023	2022
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.061.924	14.816.506
Contas a receber de clientes	19.895.280	15.444.541
Outras contas a receber	16.604.984	43.510.119
Partes relacionadas	798.917.065	1.123.937.322
	<u>839.479.253</u>	<u>1.197.708.488</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Custo amortizado		
Fornecedores	81.769.032	99.023.040
Provisão para passivos financeiros	141.534.891	176.308.330
Passivos em recuperação judicial	65.550.200	-
Outras contas a pagar	-	22.037.034
Partes relacionadas	333.309.663	667.910.082
	<u>622.163.786</u>	<u>965.278.486</u>

14. Imobilizado

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Instalações	Jazidas	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros imobilizados	Obras em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	4%	10%	10%	1%	10%	10%	20%	4%	10%	-	
Em 31 de dezembro de 2023											
Saldo inicial	89.736.865	153.813	-	18.486.661	85.513	972.581	45.519	5.061.873	79.303	3.006.498	117.628.626
Adições	-	1.498.134	-	-	5.435	9.991	60.544	-	1.648.254	-	3.222.358
Baixas, líquidas de depreciação	-	(79.597)	-	-	-	-	(233.182)	-	-	-	(312.779)
Depreciação, amortização e exaustão	(6.002.456)	(376.276)	-	(414.143)	(20.336)	(6.626)	(15.826)	(63.703)	(1.727.557)	-	(8.626.923)
Ajustes no saldo de depreciação	-	-	-	-	-	-	233.182	304.742	-	-	537.924
Saldo contábil, líquido	<u>83.734.409</u>	<u>1.196.074</u>	<u>-</u>	<u>18.072.518</u>	<u>70.612</u>	<u>975.946</u>	<u>90.237</u>	<u>5.302.912</u>	<u>-</u>	<u>3.006.498</u>	<u>112.449.206</u>
Custo	148.255.742	336.066.071	12.364.803	39.621.567	2.636.902	3.212.562	20.974.872	9.398.784	1.932.464	3.006.498	577.470.265
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	(64.521.333)	(334.869.997)	(12.364.803)	(21.549.049)	(2.566.290)	(2.236.616)	(20.884.635)	(4.095.872)	(1.932.464)	-	(465.021.059)
Saldo contábil, líquido	<u>83.734.409</u>	<u>1.196.074</u>	<u>-</u>	<u>18.072.518</u>	<u>70.612</u>	<u>975.946</u>	<u>90.237</u>	<u>5.302.912</u>	<u>-</u>	<u>3.006.498</u>	<u>112.449.206</u>

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Instalações	Jazidas	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros imobilizados	Obras em andamento	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	4%	10%	10%	1%	10%	10%	20%	4%	10%	-	-	
Em 31 de dezembro de 2022												
Saldo inicial	83.128.708	118.158.727	(8.168.039)	35.305.203	1.901.447	931.157	12.092.101	9.229.854	303.670	28.521.317	2.045.046.809	2.326.450.954
Adições	300.002	129.270.261	12.364.803	-	13.238	51.084	47.201	-	-	3.004.158	-	145.050.747
Baixas, líquidas de depreciação	(4.871.297)	(283.467)	-	-	(1.614.540)	-	(12.090.163)	(6.580)	(23.519)	(28.518.977)	(2.045.046.809)	(2.092.455.352)
Depreciação, amortização e exaustão	(3.700.558)	(9.746.482)	(4.196.764)	-	(214.632)	(9.660)	(3.620)	(4.161.401)	(200.848)	-	-	(22.233.965)
Ajustes no saldo de depreciação	14.880.010	(237.245.226)	-	(16.818.542)	-	-	-	-	-	-	-	(239.183.758)
Saldo contábil, líquido	<u>89.736.865</u>	<u>153.813</u>	<u>-</u>	<u>18.486.661</u>	<u>85.513</u>	<u>972.581</u>	<u>45.519</u>	<u>5.061.873</u>	<u>79.303</u>	<u>3.006.498</u>	<u>-</u>	<u>117.628.626</u>
Custo	148.255.742	334.647.534	12.364.803	39.621.567	2.631.467	3.202.571	21.147.510	9.398.784	284.210	3.006.498	-	574.560.686
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	(58.518.877)	(334.493.721)	(12.364.803)	(21.134.906)	(2.545.954)	(2.229.990)	(21.101.991)	(4.336.911)	(204.907)	-	-	(456.932.060)
Saldo contábil, líquido	<u>89.736.865</u>	<u>153.813</u>	<u>-</u>	<u>18.486.661</u>	<u>85.513</u>	<u>972.581</u>	<u>45.519</u>	<u>5.061.873</u>	<u>79.303</u>	<u>3.006.498</u>	<u>-</u>	<u>117.628.626</u>

15. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	33.230.889	57.050.887
Fornecedores - partes relacionadas	48.538.143	41.972.153
	<u>81.769.032</u>	<u>99.023.040</u>

Durante o exercício de 2023, a Companhia não efetuou operações de "Risco Sacado", que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Salários a pagar	1.596.870	1.552.146
Provisão de férias e encargos sociais	4.184.218	385.748
INSS a recolher	454.561.942	429.058.400
FóTS a recolher	39.999.091	1.248.985
INSS a recolher sobre prestadores de serviços	-	11.568.289
Outras obrigações sociais e trabalhistas	-	1.005.825
	<u>500.342.121</u>	<u>444.818.393</u>

17. Obrigações fiscais

	2023	2022
IPÍ a recolher	141.031.492	288.853.107
ICMS a recolher	506.331.420	289.974.046
IRRF a recolher	127.241.627	55.776.189
IRPJ a recolher	337.538.727	153.994.586
CSLL a recolher	96.143.261	26.490.494
PIS a recolher	232.510.421	184.184.200
COFINS a recolher	912.238.382	734.093.484
Outras obrigações fiscais (i)	61.932.235	293.515.873
	<u>2.414.967.565</u>	<u>2.026.882.053</u>

Os valores referentes aos débitos tributários estão em processo de levantamento e consolidação, tendo em vista a operação de acordo tributário firmado entre a Companhia e a Procur

ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL | Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Referem-se aos valores apresentados na segunda lista de credores, divulgada em maio de 2023, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

22. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$410.644.232, dividido em 1.336.602 ações, no valor nominal de R\$307,23 cada uma, sendo 1.129.421 ações ordinárias e nominativas e 207.181 ações preferenciais resgatáveis, nominativas e classe "A".

Acionista	2023 e 2022	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Nassau Administração e Participações Ltda.	33,90%	139.208.395
Itamaracá S/A	18,24%	74.901.508
Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A	14,64%	60.118.316
Itajubara S/A - Açúcar e Alcool	11,81%	48.497.084
Itapetinga Agro Industrial S/A	11,57%	47.511.538
Itapessoca Agro Industrial S/A	6,44%	26.445.489
João Pereira dos Santos (Espólio)	1,86%	7.637.983
Itaguarema Imobiliária Ltda.	0,76%	3.120.896
Celulose e Papel de Pernambuco - CEPASA	0,52%	2.135.350
Itapagé S/A - Celulose, Papéis e Artefatos	0,11%	451.709
Companhia Agro Industrial de Goiana	0,07%	287.451
Outros acionistas	0,08%	328.513
	100,00%	410.644.232

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	2023	2022
Regularização de saldos patrimoniais, líquido	6.001.263	(2.192.363.433)
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	34.015.802	-
	40.017.065	(2.192.363.433)

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial efetuados pelas empresas do **Grupo João Santos**, no período de 2013 a 2018, não obedeceram a todos os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes, especialmente os Pronunciamentos Técnicos CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para devido reconhecimento. Desta forma, a fim de obedecer às normas vigentes, em 2022 foram revertidos os valores anteriormente registrados.

23. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receitas brutas		
Vendas brutas de produtos	335.057.451	352.569.572
Revenda de produtos	786.274	55.910
Outras receitas	4.635	14.931
	335.848.360	352.640.413
Deduções		
Tributos sobre vendas	(82.965.089)	(85.724.527)
Devoluções e descontos	(2.302.767)	(1.532.971)
	(85.267.856)	(87.257.498)
	250.580.504	265.382.915

24. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custos com cimento	(16.176.452)	-
Matérias primas	(42.291.504)	(46.881.647)
Embalagens	(11.206.816)	(11.908.420)
Combustíveis e lubrificantes	(39.559.830)	(40.234.388)
Energia elétrica	(40.952.174)	(37.662.951)
Salários e ordenados	(24.339.957)	(23.211.782)
13º salário e férias	(5.364.228)	(5.622.911)
INSS e FGTS	(10.819.260)	(17.839.371)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(23.880.871)	(26.428.881)
Depreciação, amortização e exaustão	(8.626.923)	(22.233.965)
Materiais de reposição	(18.339.357)	(19.453.842)
Outros custos e despesas	(15.413.515)	(33.184.666)
	(256.970.887)	(284.662.826)
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(222.192.600)	(215.340.087)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(34.778.287)	(69.322.739)
	(256.970.887)	(284.662.826)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquida

Referem-se, basicamente, a ajustes do processo de conciliação dos saldos contábeis da Companhia no exercício, além de outras receitas de aluguéis / arrendamentos.

26. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros e descontos ativos	702.680	498.510
Juros obtidos na liquidação de duplicatas	434.009	500.929
Outras receitas financeiras	26.057	5.642
	1.162.746	1.005.081
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(60.234)	(13.450)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(2.125.541)	(74.063)
Juros sobre impostos e contribuições	(350.944)	(248.042.076)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-	(37.746.697)
Juros de mora	-	(5.723.320)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(26.949.025)
Outras despesas financeiras	(43.655)	(101.641)
	(2.580.374)	(318.650.272)
	(1.417.628)	(317.645.191)

27. Partes relacionadas – Ativo e passivo não circulantes

Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há incidência de atualização monetária nem juros.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.

29. Evento subsequente

Parcelamento tributário junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

O **Grupo João Santos**, do qual a **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas. Todas elas estão em Recuperação Judicial desde o ano de 2022, conforme Processo de nº 0169521-37.2022.8.17.2001, sob a competência do Juízo da Seção B da 15ª Vara Cível de Recife/PE.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo.

O recurso para pagamento do valor referente à entrada da Transação Tributária foi obtido por meio de financiamento, na modalidade *debitor-in-possession* ("Financiamento DIP"), junto a empresa ARC Crédito III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, que cedeu seus direitos à empresa ARC DIP JS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, devidamente autorizado pelo Juízo da Recuperação. No que concerne à formatação jurídica, o financiamento foi estruturado mediante a celebração de Termo de Emissão da 1ª Emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, para Colocação Privada, da **Nassau Administração e Participações Ltda.** (Emitente), onde as demais 42 empresas do **Grupo João Santos**, que também estão em Recuperação Judicial, figuraram como avalistas. Ademais, o negócio jurídico envolveu o oferecimento de garantias reais sobre bens imóveis e ativos minerários, cujas constituições obedeceram aos ritos previstos nos estatutos/contratos sociais de cada Companhia/Empresa integrante do **Grupo João Santos**.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** Cachoeiro do Itapemirim – ES

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

i. Em virtude da **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** encontrar-se em processo de conciliação dos seus saldos contábeis, que não havia sido concluído até a data de

emissão deste relatório, ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria sobre as seguintes rubricas (e respectivos saldos) em 31 de dezembro de 2023: "Outras contas a receber – Ativos circulante e não circulante" (R\$16.604.984), "Depósitos e bloqueios judiciais – Ativo não circulante" (R\$41.191.824), "Partes relacionadas – Ativo e passivo não circulantes" (R\$796.472.872 no ativo não circulante e R\$332.552.025 no passivo não circulante), "Obrigações fiscais – Passivo circulante" (R\$2.414.967.565), "Parcelamentos tributários – Passivos circulante e não circulante" (R\$282.300.589), "Provisão para passivos financeiros – Passivo não circulante" (R\$141.534.891), "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (R\$2.543.042) e "Ajustes de exercícios anteriores – Passivo a descoberto" (R\$40.017.065). Não foi possível concluirmos sobre essas rubricas por meio da aplicação de outros procedimentos de auditoria.

ii. Não recebemos parte das respostas às cartas de confirmação enviadas às Instituições Financeiras com as quais a Companhia possui operações. Como consequência, não foi possível adotarmos procedimentos de auditoria para: i) analisar a necessidade de constituição de provisão para perdas com instrumentos financeiros decorrentes de possíveis transações com as referidas instituições; e ii) identificar eventuais saldos ou transações não registradas nas demonstrações financeiras.

iii. Não foram desenvolvidos estudos visando avaliar a existência de controle individual ou conjunto (compartilhado), ou com influência significativa sobre cada uma das empresas investidas da **Itabira Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial**, visando a contabilização desses investimentos por meio do método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$46.338.082 e está registrado na rubrica "Investimentos – Ativo não circulante". Não foi possível avaliarmos o efeito desse assunto sobre as demonstrações financeiras objeto do nosso exame.

iv. A Companhia não efetuou a revisão das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado durante o exercício de 2023, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado, que é de R\$112.449.206, e da respectiva despesa de depreciação, no montante de R\$8.626.923, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não foi possível adotarmos procedimentos alternativos de auditoria visando concluirmos sobre esses saldos.

v. Não recebemos a posição de parte dos consultores jurídicos de forma que pudéssemos analisar a existência de eventuais contingências contra a Companhia. Consequentemente, ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria de forma a avaliarmos o tratamento contábil deste assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de maio de 2024.

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti
Contador - CRC-PE-026437/O-7



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/05/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2691 ITABIRA- BALANCO COMPLETO.pdf

Código do documento: 2691



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

25 mai 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2691

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-05-25T00:02:38-03:00

25 mai 2024, 00:02:38 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-05-25T00:02:38-03:00

25 mai 2024, 00:02:38 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-05-25T00:02:38-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 15d3bf5b4cf85186230576312f3e8cbe2a5e276b7bb66c67c561daf8c86dd8b3

[SHA512]: 1b957c57d1084c79a848d1d4002dfd3cde5f75be107a0058943709dfca2bd203ea3860e16d9ea94fa6f98679510271ff595fc8d7bcb9286baa3f12b58e55322

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB